

DOI: [10.46943/VIII.CONEDU.2022.GT21.027](https://doi.org/10.46943/VIII.CONEDU.2022.GT21.027)

A ATUAÇÃO DO CURRÍCULO REFERÊNCIA DO IPOJUCA: REFLEXÕES SOBRE A “LIDERANÇA” E A GESTÃO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL

Júlio César Rufino de Freitas

Mestre em Ensino de Ciências pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), Especialista em Gestão Educacional pela Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Graduado em Licenciatura Plena em Ciências Biológicas pela Faculdade Frassinetti do Recife (FAFIRE), juliobiologo2004@gmail.com.

RESUMO

Os estudos sobre políticas educacionais e curriculares, como discursos e como textos, tem contribuído para o avanço qualitativo no panorama teórico e empírico de análise de políticas. Nesses contextos, são múltiplos os produtores de textos e discursos, com poderes assimétricos, que incorporam novos sentidos e significados às práticas nas instituições educacionais. Neste artigo utiliza-se a perspectiva teórico-metodológica do Ciclo de Políticas e da Teoria da Atuação, para analisar como a política incorpora os sentidos da prática (BALL, 2006, 2011; BALL; MAGUIRE; BRAUN, 2016). Diante desses referenciais, busca-se analisar a atuação do Currículo Referência do Ipojuca, em relação a gestão pública educacional, compreendendo as relações da “liderança” na Secretaria Municipal de Educação (SME), a partir das dimensões contextuais na análise de políticas. Para atender ao objetivo da pesquisa, realizou-se a Análise Textual Discursiva (MORAES; GALIAZZI, 2011) nos documentos de políticas do município do Ipojuca-PE. Os resultados revelam que a “liderança”, constituída na ação política, transcende à estrutura, ao mesmo tempo em que só pode agir porque esta mesma estrutura se constitui por meio da indecidibilidade. Assim, apesar da política sofrer com as restrições, do contexto situado, do contexto

material e do contexto externo, e com os discursos ambivalentes, sua atuação depende dos papéis assumidos pelos *atores*, que buscam por meio do currículo municipal e do planejamento estratégico da SME colocar a política em *cena*.

Palavras-chave: Políticas públicas, Currículo, Teoria da Atuação, Contextos.

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos a educação brasileira vem passando por um processo de reformulação nas suas diretrizes e bases curriculares, direcionadas por políticas públicas que buscam assegurar o direito à aprendizagem e o desenvolvimento pleno de todos os estudantes com qualidade e equidade no sistema educacional.

Nessa direção, faz-se necessário considerar a atuação do Currículo Referência do Ipojuca (2020), documento norteador da rede municipal de ensino elaborado pelos profissionais da educação que, atuando de modo colaborativo, associaram e articularam os diversos saberes, contextos, procedimentos, reflexões e experiências a respeito da prática pedagógica traduzindo as funções da escola.

Deste modo, o conceito de atuação ou encenação (*enactment*), utilizado nesta pesquisa, tem suas raízes no campo das políticas educacionais a partir dos estudos de Stephen J. Ball, com a colaboração de Meg Maguire e Annette Braun, sobre micropolíticas no contexto escolar (BALL; MAGUIRE; BRAUN, 2016). A partir desta teoria (*theory of policy enactment*), compreende-se que as políticas educacionais não são meramente implementadas,

[...] pois isso sugere um processo linear pelo qual elas se movimentam em direção à prática de maneira direta. Este é um uso descuidado e impensado do verbo. O processo de traduzir políticas em práticas é extremamente complexo; é uma alternância entre modalidades. A modalidade primária é textual, pois as políticas são escritas, enquanto que a prática é ação, inclui o fazer coisas. Assim, a pessoa que põe em prática as políticas tem que converter/transformar essas duas modalidades, entre a modalidade da palavra escrita e a da ação, e isto é algo difícil e desafiador de se fazer. E o que isto envolve é um processo de atuação, a efetivação da política na prática e através da prática. É quase como uma peça teatral. Temos as palavras do texto da peça, mas a realidade da peça apenas toma vida quando alguém as representa. E este é um processo de interpretação e criatividade e as políticas são assim. A prática é composta de muito

mais do que a soma de uma gama de políticas e é tipicamente investida de valores locais e pessoais e, como tal, envolve a resolução de, ou luta com, expectativas e requisitos contraditórios – acordos e ajustes secundários fazem-se necessários (MAINARDES; MARCONDES, 2009, p. 305).

Assim, a *atuação* tem como premissa a relação entre a política e a prática, onde os *atores*, convertem/transformam essas duas modalidades, dependendo do *contexto* no qual estão inseridas (MAINARDES; MARCONDES, 2009; MAINARDES, 2017, 2018a, 2018b). Nesse processo de reinterpretação e tradução as “[...] políticas colocam problemas para seus sujeitos, problemas que precisam ser resolvidos no contexto” (BALL, 2006, p. 26) e cada contexto, cada instituição, precisa buscar uma solução para o problema de acordo com as características das suas dimensões contextuais, “[...] contextos situados, culturas profissionais, materiais e contextos externos” (BALL; MAGUIRE; BRAUN, 2016).

Com base nessa breve contextualização, explora-se como a política educacional é colocada em *cena*”. Ou seja, objetiva-se com o presente analisar a atuação do Currículo Referência do Ipojuca na gestão pública da educação municipal, compreendendo as relações da “liderança”¹ (Dirigente Municipal de Educação – DME), considerando as quatro dimensões contextuais.

METODOLOGIA

A presente pesquisa, de cunho qualitativo, fundamenta-se na abordagem do Ciclo de Políticas (*Policy Cycle approach*), que adota uma orientação pós-estruturalista (BALL, 1994; BALL; MAGUIRE; BRAUN, 2016), constituindo-se num referencial teórico-analítico,

1 Nos documentos oficiais da SME, o termo “liderança” aparece para identificar a figura do Dirigente Municipal de Educação (DME). Porém, nesta pesquisa utiliza-se o termo entre aspas, pois, acredita-se que identidades são construídas em processos de lutas e não determinadas/fixadas. Ou seja, “são constituídas nas lutas políticas do currículo e em relações saber-poder que fazem com que a definição de quem ou como os sujeitos são posicionados como membros dessa comunidade ou como são filiados a determinadas concepções pedagógicas dependa dessa luta política, e não dos saberes em si” (BALL; MAINARDES, 2011, p.273).

dinâmico e flexível, “[...] que permite uma análise crítica e contextualizada de programas e políticas educacionais desde sua formulação até a sua implementação no contexto da prática, bem como os seus resultados/efeitos” (MAINARDES, 2006, p. 47).

Desse modo, a pesquisa foi desenvolvida considerando teórico-metodologicamente a abordagem do Ciclo de Políticas e da Teoria da Atuação (*Theory of Policy Enactment*). A partir desta teoria, compreende-se que as políticas não são meramente implementadas, mas interpretadas e traduzidas de formas diversas, de acordo com dimensões contextuais variadas (BALL; MAGUIRE; BRAUN, 2016).

Em outras palavras, a implementação “[...] sugere um processo linear pelo qual elas [as políticas] se movimentam em direção à prática de maneira direta” (MAINARDES; MARCONDES, 2009, p. 305). Já o processo de atuação é contextual, dinâmico e não-linear, envolve a efetivação da política na prática e através da prática, não se restringindo apenas aos dispositivos legais (legislações/normatizações).

Dessa forma, “[...] o material, o estrutural e o relacional precisam ser incorporados na análise de políticas, a fim de compreender melhor a atuação das políticas no âmbito institucional” (BALL; MAGUIRE; BRAUN, 2016, p.37). Por isso, na análise de políticas, faz-se necessário considerar as *dimensões contextuais*², contextos situados, culturas profissionais, contextos materiais e contextos externos.

Portanto, as dimensões contextuais, que estão interligadas, foram utilizadas para analisar a atuação do Currículo Referência do Ipojuca em relação ao planejamento estratégico da Secretaria Municipal de Educação (SME). Para isso,

2 “a) Contextos situados (ex.: localidade, histórias escolares e matrículas); b) Culturas profissionais (ex.: valores, compromissos e experiências dos professores e “gestão da política” nas escolas); c) Contextos materiais (ex.: funcionários, orçamentos, edifícios, tecnologia e infraestrutura); e d) Contextos externos (ex.: grau de qualidade do apoio das autoridades locais; pressões e expectativas de contexto político mais amplo, como classificações do Ofsted [departamento não ministerial do governo do Reino Unido que define os padrões de qualidade do ensino na Inglaterra. Foi estabelecido em 1993 sob efeito do ato de fundação em 1992], posições na tabela de classificação, requisitos legais e responsabilidades”. (BALL; MAGUIRE; BRAUN, 2016, p. 38).

[...] é importante frisar que a execução da política pública para a educação no município exige um processo de *planejamento*, a partir de uma *análise* dos indicadores de ensino do município, de um *diagnóstico* do funcionamento e da estrutura de todo o sistema educacional, buscando a elaboração de um *plano de ação* a partir de *objetivos e metas* que contemplem as prioridades elencadas, articulando as diferentes estratégias que devem ser pensadas com vistas à solução dos problemas indicados pelo diagnóstico (LUIZ; RISCAL, 2021, p.51).

Sendo assim, os dados da pesquisa foram gerados por meio dos seguintes documentos: a) relatórios do processo de implantação curricular (2019-2020); b) Currículo Referência do Ipojuca (2020); c) Planejamento Estratégico da SME (2021-2024); e, c) Diagnóstico e Análise Situacional dos desafios locais (indicadores do Programa Melhoria da Educação, Itaú Social).

Para analisar os dados coletados utilizou-se a Análise Textual Discursiva, método de análise de dados de natureza qualitativa, que identifica e isola enunciados nos materiais submetidos à investigação, categorizando-os e produzindo textos, “[...] integrando neles, descrição e interpretação, utilizando como base de sua construção o sistema de categorias construído” (MORAES; GALIAZZI, 2011, p. 112).

Diante desse contexto, realizou-se a análise crítica dos textos de políticas que envolve:

[...] a) identificação da teoria do problema (que deu origem à política) e da teoria da política (seus fundamentos), bem como de possíveis desencontros e fragilidades tanto da teoria do problema quanto da teoria da política; b) análise discursiva dos textos para identificar seus fundamentos, ideologias subjacentes, incoerências, termos que se repetem; c) identificação das redes políticas e sociais envolvidas na formulação da política e dos seus textos; d) fundamentos teórico-epistemológicos explícitos ou implícitos (conceitos, autores), entre outros elementos (MAINARDES, 2018a, p. 13).

Nesse sentido, a partir dos resultados da análise crítica dos documentos, obteve-se o *corpus* da pesquisa que organizou e apresentou “[...] as principais interpretações e compreensões construídas a partir do conjunto de textos” considerando a atuação da política nas dimensões contextuais (MORAES; GALIAZZI, 2011, p. 30).

O próximo tópico (resultados e discussão) está organizado em duas seções. Na primeira, são descritos cronologicamente os dispositivos legais que fundamentam as ações políticas da educação brasileira em torno de uma base nacional comum curricular e, também, apresenta algumas ações executadas pela rede municipal de ensino durante o processo de implantação do currículo municipal. Na segunda seção, destaca-se algumas reflexões sobre a atuação do Currículo Referência do Ipojuca em relação a gestão da educação municipal.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

UM BREVE PERCURSO HISTÓRICO: DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS ATÉ O CURRÍCULO REFERÊNCIA DO IPOJUCA-PE

Uma política tem uma trajetória semelhante à de um foguete: decola, atravessa o espaço e depois aterrissa. Algumas vezes, acidenta-se; em outras, atinge uma realização espetacular, mas move-se através do tempo e, algumas vezes, simplesmente desaparece (MAINARDES; MARCONDES, 2009, p. 307).

Assim como um foguete, as políticas educacionais, principalmente as políticas curriculares, vêm passando, nos últimos anos, por transformações/reformulações. Portanto, para uma melhor compreensão desse processo, alguns aspectos históricos precisam ser elucidados cronologicamente entorno dos documentos (legislações/normatizações) que preveem uma base nacional comum curricular.

Decolagem... Linha do Tempo...

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, em seu Art. 210º, já apontava o conceito de *formação básica comum*, onde seriam fixados os conteúdos mínimos para o Ensino Fundamental, respeitando os valores culturais e artísticos, nacionais e regionais. Mas, apenas, em 1996, com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN (Lei 9.394/96), esse direito constitucional foi assegurado para todos os estudantes, no inciso IV de seu Art. 9º, ampliando a ideia de construção de uma base comum para as etapas da Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, cabendo à União:

[...] estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, competências e diretrizes para a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar formação básica comum. (BRASIL, 1996, p. 12).

Nessa perspectiva, a LDBEN consolida, reforça e amplia a visão da Constituição Federal descrevendo, também, no seu Art. 26º (alterado a partir da Lei 12.796, de 2013), que:

Os currículos da Educação Infantil, do Ensino Fundamental e do Ensino Médio devem ter uma base nacional comum a ser complementada, em cada sistema de ensino, e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos (BRASIL, 1996, p.19).

Diante desse contexto, a LDBN assumiu um papel fundamental garantindo a ampliação da Educação Básica e criando as condições necessárias para a elaboração das diretrizes e bases que norteiam os modos de ensinar e de aprender dos diferentes níveis e modalidades da educação, de acordo com as responsabilidades próprias da União, dos Estados e dos Municípios.

Ademais, é importante destacar que entre os anos de 1997 e 1998, foram consolidados os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) para o Ensino Fundamental, do 1º ao 9º ano, apontados como

referenciais de qualidade para a educação brasileira, pois *nortearam os currículos escolares, orientaram a elaboração de materiais didático-pedagógicos e balizaram a formação de professores nas diferentes áreas de conhecimento*, bem como na propositura de políticas públicas voltadas para a educação.

Nesse sentido, reforçando as orientações dispostas nos PCN, as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), publicadas por intermédio da Resolução CNE/CEB, nº 4, de 13 de julho de 2010, definiram o conjunto orgânico, sequencial e articulado das etapas e modalidades da Educação Básica, e reforçaram, em seu Art. 14º, uma base nacional comum que

[...] constitui-se de conhecimentos, saberes e valores produzidos culturalmente, expressos nas políticas públicas e gerados nas instituições produtoras do conhecimento científico e tecnológico; no mundo do trabalho; no desenvolvimento das linguagens; nas atividades desportivas e corporais; na produção artística; nas formas diversas de exercício da cidadania; e nos movimentos sociais (BRASIL, 2010, s/n).

Nesse ínterim, o Plano Nacional de Educação (PNE), homologado em 2014, também, foi um documento balizador para a construção da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), pois mencionava como essencial para o avanço na qualidade da educação à definição de conteúdos mínimos, a partir da compreensão dos mesmos como direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento, conforme estabelece a estratégia 7.1:

7.1) estabelecer e implantar, mediante pactuação interfederativa, diretrizes pedagógicas para a educação básica e a base nacional comum dos currículos, com direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos (as) alunos (as) para cada ano do ensino fundamental e médio, respeitada a diversidade regional, estadual e local (BRASIL, 2014, s/n).

Com base nos documentos norteadores indicados acima, o MEC publicou a Portaria nº 592 (de 17 de junho de 2015) que instituiu no seu Art. 1º, a Comissão de Especialistas para a *Elaboração de Proposta da Base Nacional Comum Curricular*, composta por especialistas, entidades do terceiro setor e entidades científicas.

Dessa forma, a primeira proposta da base foi publicada e disponibilizada para consulta pública entre setembro de 2015 e março de 2016, tendo recebido mais de 12 milhões de contribuições de todo o território nacional. Essas contribuições foram sistematizadas e analisadas pela comissão de especialistas que elaborou a segunda versão do documento.

Essa nova versão foi submetida, em maio de 2016, à discussão em seminários e fóruns estaduais, realizados pela UNDIME³ e pelo CONSED⁴, em todo o país. Ressalta-se que, nessa etapa, representantes do Conselho Nacional de Educação (CNE) foram a vários municípios para ouvir a comunidade local sobre o que ainda precisaria ser alterado no documento final.

Em abril de 2017, foi entregue ao CNE pelo MEC a versão finalizada da BNCC, versando sobre a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, que foi homologada no dia 15 de dezembro de 2017, definindo

[...]o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento. (BRASIL, 2017a, p.7).

Em 22 de dezembro de 2017 o CNE apresenta a Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017, que institui e orienta a implantação da BNCC ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica, conforme preconizado pelo Art. 7º,

Os currículos escolares relativos a todas as etapas e modalidades da Educação Básica devem ter a BNCC como referência obrigatória e incluir uma parte

3 UNDIME: É a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação, a qual tem por missão articular, mobilizar e integrar os dirigentes municipais de educação para construir e defender a educação pública com qualidade social.

4 CONSED: É o Conselho Nacional de Secretários de Educação, uma associação que congrega, por intermédio de seus titulares, as Secretarias de Educação dos Estados e do Distrito Federal, e tem por finalidade promover a integração das Secretarias visando o desenvolvimento de uma educação pública de qualidade.

diversificada, definida pelas instituições ou redes escolares de acordo com a LDB, as diretrizes curriculares nacionais e o atendimento das características regionais e locais, segundo normas complementares estabelecidas pelos órgãos normativos dos respectivos Sistemas de Ensino (BRASIL, 2017b, p.6).

Com a necessidade de colocar em prática a BNCC, o Governo Federal instituiu em 2018 o ProBNCC – Programa de Apoio à Implementação da Base Nacional Comum Curricular (Portaria nº 331, de 05 de abril de 2018), que trazia um aporte financeiro substancial para subsidiar o processo de implementação curricular em regime de colaboração entre estados, Distrito Federal e municípios.

Desse modo, os documentos curriculares das redes e sistemas de ensino começaram a ser (re)construídos e implementados com base nos direitos e objetivos de aprendizagens expressos como competências e habilidades, dando vazão à realidade presente nos diversos contextos (regionais e locais), provocando um movimento de reflexão e avanços quanto às práticas pedagógicas.

A implementação da BNCC em cada estado, foi estruturada pelo MEC a partir do regime de colaboração entre CONSED e UNDIME, com a participação de representantes das duas instituições, constituindo um grupo de trabalho em cada unidade federativa composto por: *coordenadores estaduais, articulador do regime de colaboração, coordenador de Educação Infantil, coordenadores de Ensino Fundamental, analista de gestão, articuladores dos conselhos, além de redatores-formadores, estes, com a função de escrever as versões preliminares do referencial estadual.*

A elaboração do Currículo de Pernambuco teve início com a constituição do Comitê Executivo Estadual e Assessoria Técnica, que estabelecia os papéis de atuação e seus autores. O referido Comitê executivo, era composto pelas instituições: Secretaria Estadual de Educação (SEED/PE), Conselho Estadual de Educação (CEE/PE), UNDIME e a União Nacional dos Conselhos Municipais da Educação (UNCME), que tiveram como atribuições efetivar o regime de colaboração, corresponsabilização e pactuação no nível das secretarias estadual e municipais de educação.

Ainda no âmbito estadual, foram organizados encontros presenciais (seis seminários regionais realizados em agosto e setembro

de 2018) onde aconteceu a escrita colaborativa. Esse processo contou com a participação das Gerências Regionais de Educação (GRE) da Rede Estadual de Ensino e interlocutores das Secretarias Municipais de Educação, contribuindo na leitura crítica do documento, realizada também por especialistas das universidades públicas, particulares e de autarquias municipais, representantes do terceiro setor, docentes externos (vinculados às escolas da rede federal, municipal e particular) e entidades da sociedade civil, que foram convidados para essa finalidade.

Nesse processo, foram considerados os currículos já existentes e estruturados no estado de Pernambuco, por diferentes instituições públicas e privadas, e também os conhecimentos construídos e acumulados pelos diferentes agentes mobilizadores ao analisar esses referenciais que balizavam a qualidade da educação.

Após a realização dos seminários regionais, as contribuições recebidas nas audiências pública foram sistematizadas e integradas à versão final do documento, o qual foi encaminhado e protocolado (Processo nº 223/2018), em 12 de novembro de 2018, para análise e emissão do parecer normativo do Conselho Estadual de Educação de Pernambuco, sendo homologado através do Parecer CEE/PE, nº 114, de 20 de dezembro 2018.

Nesse período, as redes que compõem o Sistema Estadual de Ensino de Pernambuco promoveram momentos de orientação às unidades escolares e formação continuada aos professores e demais profissionais da educação para a implementação do currículo estadual, em suas respectivas esferas de autonomia e competência.

Nesse íterim, localizo o movimento de elaboração do referencial curricular do Ipojuca que teve início em maio de 2019 com a indicação de cinco (05) profissionais, com perfil e experiência em gestão educacional e formação continuada de educadores, para implementarem o Currículo de Pernambuco nos municípios da Região Metropolitana.

Esses profissionais participaram de reuniões pedagógicas e processos formativos com os coordenadores estaduais, os redatores-formadores e a equipe da UNDIME, entre os dias 17 e 21 de junho de 2019, fortalecendo, assim, a capacidade técnica do município

para elaborar sua proposta curricular em função dos documentos normativos.

Ao mesmo tempo em que o currículo estadual estava sendo implementado nas redes ensino, em 25 de junho de 2019, o Secretário de Educação do Ipojuca, constitui a Coordenação de Articulação Municipal responsável pelo planejamento e processo de implantação do currículo municipal para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, em regime de colaboração com o Estado. Caracterizando-se como a primeira ação de implementação do documento curricular do Ipojuca.

No mês de julho e agosto de 2019, a Coordenação de Articulação Municipal estruturou o Plano Trabalho para Implementação do Currículo Referência em Ipojuca e definiu a composições das equipes para o processo de elaboração curricular, considerando instâncias consultivas, deliberativas e de assessoria técnico-pedagógica, da Educação Infantil ao Ensino Fundamental.

Ressalta-se que entre os meses de junho a dezembro de 2019, várias ações foram executadas, entre elas: *planejamento coletivo das ações de estudo da BNCC e do Currículo de Pernambuco; formação da equipe interna que compõe a estrutura de trabalho (Comitê e Comissões); formação dos professores e demais profissionais da educação em todas as etapas e modalidades de ensino; e, eventos (1º Fórum da Educação de Jovens e Adultos, I Fórum Municipal de Educação Infantil, I Seminário de Implementação do Currículo do Ipojuca e o I Seminário em Educação Física Escolar).*

Em janeiro e fevereiro de 2020, foi apresentado ao Dirigente Municipal de Educação (DME) e as comissões de trabalho: *o relatório das ações de 2019; a sistematização dos primeiros textos da versão preliminar; e, o plano de trabalho para 2020.* Vale salientar que, em março de 2020, a Coordenação de Articulação Municipal reorganizou o cronograma das ações, em virtude da situação de calamidade pública decorrente da pandemia da COVID-19.

Dessa maneira, mesmo com a reorganização do cronograma, em abril de 2020, foi consolidado, divulgado e publicado na plataforma online do Sistema Educacional do Ipojuca (SEI) a Versão Preliminar dos Textos Introdutórios.

A consulta pública foi realizada em duas etapas: *na primeira etapa*, que aconteceu em maio de 2020, foram colocados para

análise os textos introdutórios gerais e específicos (por etapas e modalidades); e, *na segunda etapa*, que aconteceu em junho de 2020, foram analisados os organizadores curriculares (da Educação Infantil e do Ensino Fundamental).

Em julho de 2020, com o fim da consulta pública, deu-se início ao processo de elaboração da versão final do documento, constatou-se um total de 1889 contribuições na primeira etapa e 1124 na segunda etapa. Sendo assim, todas as contribuições foram sistematizadas, analisadas e avaliadas pelos redatores-formadores a partir de critérios técnicos e de pertinência alinhados aos referenciais normativos.

Por conseguinte, entre os meses de agosto e outubro de 2020, a versão sistematizada pelos redatores-formadores foi analisada por especialistas (*Leitura Crítica por Pares e Especialistas*). Durante essa etapa 11 (onze) leitores críticos internos e 04 (quatro) externos foram convidados para trazer insumos técnicos relevantes para o momento de finalização do documento. Para a realização da leitura crítica foi solicitado um relatório aberto, elaborado pelo leitor crítico a partir da *utilização de rubricas de leitura*⁵, que direcionou o olhar para pontos relevantes e significativos no texto.

No final de outubro de 2020, os redatores-formadores analisaram os pareceres dos leitores críticos e incorporaram as contribuições (quando pertinente) ao documento. Durante esse processo os textos introdutórios e os organizadores curriculares incorporaram novas concepções para assegurar as características regionais e locais.

No início de novembro de 2020, a versão final do Currículo Referência do Ipojuca da Educação Infantil e do Ensino Fundamental foi entregue ao Conselho Municipal de Educação (CME) para análise, sendo homologado, por unanimidade, no dia 19 de novembro de 2020, através do Parecer CME – Ipojuca/PE Nº 004/2020.

Portanto, a trajetória de construção do currículo municipal, foi marcada por importantes discussões coletivas que refletiam sobre os direitos e objetivos de aprendizagem de todos os estudantes

5 A rubrica de leitura foi um instrumento de referência que auxiliou na sistematização dos pareceres dos leitores críticos nos textos introdutórios gerais e específicos do Currículo Referência do Ipojuca.

ipojucanos, considerando o contexto local e a articulação do conhecimento escolar à realidade contemporânea.

Nesse sentido, há de se compreender que esses documentos normativos fortalecem as políticas educacionais, pois, ao longo do tempo, ideias e propostas de uma base comum curricular foram se constituindo e se reformulando. Assim, compreender os diferentes movimentos históricos que marcam os estudos e o desenvolvimento do currículo no cenário educacional é condição necessária para entender a realidade escolar.

Aterrissagem... para além de uma Linha do Tempo...

Ressalta-se que o objetivo da sessão anterior foi descrever de forma linear (cronologicamente) o movimento de construção das políticas públicas e das políticas de currículo. Porém, por mais que se defina e procure um consenso esse movimento político não é linear, é complexo e construído no dissenso, porque não existe neutralidade em qualquer decisão política experienciada. Toda política se constitui como uma estrutura desestruturada, na qual não existe uma centralidade definidora de sentidos (BALL; MAINARDES, 2011).

Logo, as políticas educacionais, particularmente as políticas curriculares, resultam de complexas decisões que derivam tanto do poder instituído oficialmente, quanto dos atores com capacidade para intervir, direta ou indiretamente. Na prática,

[...] as políticas envolvem confusão, necessidades (legais e institucionais), crenças e valores discordantes, incoerentes e contraditórios, pragmatismo, empréstimos, criatividade e experimentações, relações de poder assimétricas (de vários tipos), sedimentação, lacunas e espaços, dissenso e constrangimentos materiais e contextuais. [...] são frequentemente obscuras, algumas vezes inexecutáveis, mas podem ser, mesmo assim, poderosos instrumentos de retórica, ou seja, formas de falar sobre o mundo, caminhos de mudança do que pensamos sobre o que fazemos (BALL; MAINARDES, 2011, p.13).

Esse é, fundamentalmente, o caso das políticas curriculares que flui mesmo no dissenso, pois, são múltiplos os produtores de

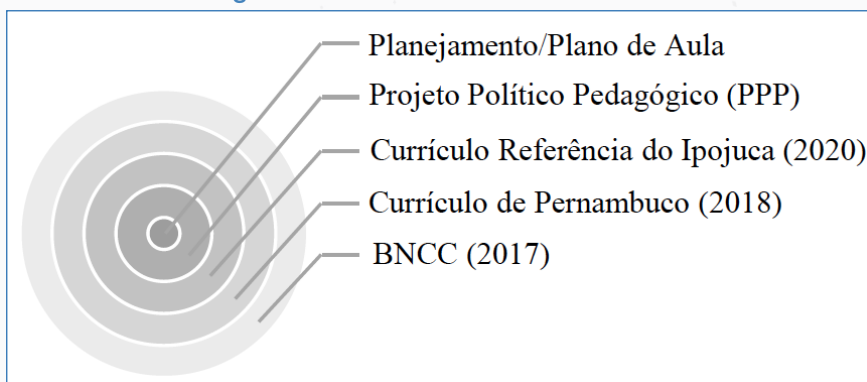
textos e discursos com poderes assimétricos, que produzem novos sentidos e significados nos diferentes contextos a partir de poderosos instrumentos retóricos.

Portanto, ao analisar o percurso histórico das políticas educacionais pode-se evidenciar as transformações pelas quais passaram e vem passando a organização do ensino brasileiro, em especial no município do Ipojuca. Nessa perspectiva, compreende-se que as políticas públicas não são simplesmente implementadas, elas atuam. Ou seja, são colocadas em prática, interpretadas, traduzidas e materializadas, mediadas pelos sujeitos nos diferentes contextos em que atuam (BALL; MAGUIRE; BRAUN, 2016).

Nesse caminho, é imprescindível que existam ambientes próprios do fazer educacional onde essas políticas atuam: *as escolas*. Uma vez que, “[...] a política é feita pelos e para os professores; eles são atores e sujeitos, sujeitos e objetos da política. A política é inscrita nos corpos e produz posições específicas dos sujeitos” (BALL; MAGUIRE; BRAUN, 2016, p.13).

Nesta perspectiva, o Currículo Referência do Ipojuca foi o caminho escolhido pela rede municipal de ensino para garantir as propostas dos textos políticos que trazem os marcos legais, conceituais e as premissas para a organização das práticas pedagógicas, considerando as especificidades locais. Na figura 01, pode-se observar a articulação entre os documentos curriculares e o Projeto Político Pedagógico da escola.

Figura 01: Da BNCC até a Sala de Aula.



FONTE: própria, 2022.

Partindo desta premissa, o Currículo Referência do Ipojuca considera algumas práticas pedagógicas essenciais que guiam os PPP e o planejamento nas unidades escolares, como pode-se observar no quadro 01.

QUADRO 01: Práticas Pedagógicas essenciais, Currículo Referência do Ipojuca, 2021.

<i>O educar na e para a alteridade;</i>
<i>A consciência política e histórica da diversidade;</i>
<i>O reconhecimento, a valorização da diferença e o fortalecimento das identidades e das singularidades;</i>
<i>A sustentabilidade socioambiental;</i>
<i>O pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;</i>
<i>A laicidade do município e da escola pública;</i>
<i>A igualdade de direitos para acesso, permanência e aprendizagem na escola de todos os estudantes, independentemente de suas especificidades humanas.</i>

FONTE: Currículo Referência do Ipojuca, 2020.

Dessa forma, a atuação do currículo a partir de práticas pedagógicas essenciais extrapola o caráter prescritivo presente nos dispositivos legais, relacionando-se com o “fazer de sala de aula”, com o cotidiano escolar, em sentido mais amplo, com as ações educativas vivenciadas no tempo-espço das instituições de ensino.

Portanto, constata-se que essas práticas elucidadas no currículo, de forma dinâmica, criativa e não-linear, criam possibilidades de (re)criações a partir das diretrizes que as orientam. Assim, a escola e seus atores interpretam o documento curricular “[...] a partir de uma tomada de significados que têm como suporte o real, as prioridades institucionais e as possibilidades de aplicabilidade da política dentro do contexto no qual a escola se insere” (GANDIN *et al.*, 2020, p.5).

Neste sentido, a rede municipal de ensino propicia momentos de discussão (formação continuada, reuniões pedagógicas e eventos), cujo objetivo é colocar em prática o documento curricular a partir da realidade, estabelecendo as prioridades e os caminhos, de diferentes formas, aproximando os atores do sentido da política. Visto que, é na interação e colaboração entre os diversos sujeitos que a política é interpretada e traduzida (MAINARDES, 2018a).

Assim, “[...] o material, o estrutural e o relacional precisam ser incorporados na análise de políticas, a fim de compreender melhor as atuações das políticas no âmbito institucional” (BALL; MAGUIRE; BRAUN, 2016, p. 21). No processo de atuação do currículo em Ipojuca, os atores escolares dão concreticidade à política, transformando-a em várias práticas materiais e discursivas, buscando aproximações com os dispositivos legais (apresentados em ordem cronológica na sessão anterior) e sua trajetória na instituição escolar.

Compreende-se, portanto, que a política educacional não se restringe apenas aos documentos oficiais e prescritivos (legislações ou suas normatizações). Ela também está situada, está presente nos corpos, nas ações, nos espaços daqueles que a transformam, (re)interpretam e traduzem.

Desse modo, Ball, Maguire e Braun (2019), afirmam que,

Políticas “começam” em pontos diferentes e têm diferentes trajetórias e expectativas de vida; algumas são obrigatórias, outras fortemente recomendadas ou sugeridas. Algumas políticas são formuladas “acima” e outras são produzidas nas escolas ou pelas autoridades locais (p. 18-19).

Assim, entende-se o Currículo Referência do Ipojuca e o PPP das instituições escolares como política produzida *com, pela e para* comunidade. Nesse contexto, a tradução, como um processo interativo de criar textos institucionais, contempla as ações dos diversos atores (no caso, os educadores ou outros sujeitos envolvidos no processo de atuação das políticas) – mediadas pelos dispositivos legais/normativos e pelo contexto da escola – na produção material de documentos, que são os artefatos da prática pedagógica.

Espera-se, portanto, que o Currículo do Ipojuca e o Projeto Político-Pedagógico (PPP) de cada escola indiquem caminhos éticos-políticos que reconheçam os sujeitos e suas experiências sociais no processo de educar-ensinar-aprender, dando centralidade à riqueza de conhecimentos e de culturas produzidos e em constante transformação. Valorizando sua identidade, seu território, seu lugar de vida, de produção, de moradia (IPOJUCA, 2019, p. 12).

REFLEXÕES SOBRE A “LIDERANÇA” E A GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Nesta seção, apresenta-se uma síntese de análise das dimensões contextuais (contextos situados, culturas profissionais, contextos materiais e contextos externos) a partir dos indicadores e descritores, apontados no planejamento estratégico da SME, que monitoram e avaliam a gestão educacional (quadro 02).

QUADRO 02: Dimensão contextual, indicadores, descritores e códigos de análise.

DIMENSÃO CONTEXTUAL	INDICADORES	DESCRITORES	CÓDIGO
Contextos_ Situados	I. Gestão da_ Escolarização	A. Acesso	(I.A)
		B. Frequência e busca ativa	(I.B)
		C. Trajetória	(I.C)
		D. Desigualdade de escolarização	(I.D)
Culturas_ profissionais	II. Gestão do_ aprendizado	A. Apoio pedagógico	(II.A)
		B. Seleção de profissionais	(II.B)
		C. Formação profissional	(II.C)
		D. Monitoramento e avaliação	(II.D)
		E. Desigualdades de aprendizado	(II.E)
III. Gestão da_ participação e_ controle social	A. Gestão democrática nas unidades escolares	(III.A)	
	B. Participação e controle social	(III.B)	
IV. Gestão do_ planejamento	A. Plano Municipal de Educação	(IV.A)	
	B. Plano Estratégico da Gestão	(IV.B)	
	C. Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes_Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária_Anual (LOA)	(IV.C)	

DIMENSÃO CONTEXTUAL	INDICADORES	DESCRITORES	CÓDIGO
Contextos materiais	V. Gestão dos recursos e da colaboração	A. Gestão de recursos financeiros	(V.A)
		B. Gestão de pessoas	(V.B)
		C. Gestão de processos e da colaboração	(V.C)
	VI. Gestão da infraestrutura e dos recursos educacionais	A. Padrões básicos	(VI.A)
		B. Autonomia financeira das unidades escolares	(VI.B)
		C. Infraestrutura e recursos educacionais para a equidade	(VI.C)
Contextos externos	VII. Gestão da Comunidade	A. Relação SME, Escola e Comunidade	(VII.A)
	VIII. Gestão de ações inter-setoriais e colaborativas	A. Ações intersetoriais	(VIII.A)
		B. Ações colaborativas entre sistemas de ensino	(VIII.B)
	IX. Gestão de regulamentos e normas	A. Fortalecimento do Conselho Municipal de Educação	(IX.A)
		B. Regulamentos e normas	(IX.B)

FONTE: Adaptado do Planejamento Estratégico da SME (2021-2024), Ipojuca, 2022.

Portanto, dentro desse contexto, ressalta-se que o Currículo Referência do Ipojuca (2020) foi imprescindível na construção do planejamento estratégico da SME (2021-2024). Uma vez que, esses indicadores e descritores, apontados no quadro 02, foram utilizados para analisar a gestão da educação municipal em 2021.

Na análise dos dados, a partir da tipologia dos contextos, foi considerado o contexto situado, as culturas profissionais, os contextos materiais e os contextos externos, cada qual com seus indicadores e descritores. Esse processo tem como produto final um metatexto, conforme pode-se observar no quadro 03, 04 e 05, “[...] que organiza e apresenta as principais interpretações e compreensões construídas a partir do conjunto de textos submetidos à análise” (MORAES; GALIAZZI, 2011, p. 30).

Contextos Situados:

QUADRO 03: Análise dos descritores a partir das dimensões contextuais: contextos situados.

CÓDIGO	ANÁLISE (METATEXTO)
CONTEXTOS SITUADOS	(I.A) A Secretaria monitora a necessidade por vagas no ensino obrigatório e realiza todos os esforços necessários para suprir a demanda por creches (0 a 3 anos), apresentando regras claras e conhecidas por todos para distribuir as vagas, priorizando as crianças em condições de vulnerabilidade socioeconômica e deficientes. Além disso, apresenta um plano de ação detalhado, em andamento, para universalizar o atendimento na pré-escola (4 e 5 anos).
	(I.B) A Secretaria não apresenta um programa estruturado de busca ativa (dedicado a resgatar crianças e adolescentes que estão fora da escola). Porém, monitora com regularidade a frequência escolar e orienta as escolas para identificar e atuar nos casos de infrequência escolar.
	(I.C) A Secretaria monitora as taxas de distorção idade-série das escolas da rede municipal, realizando ações/projetos/programas para reverter as taxas de distorção idade-série e reduzir as taxas de reprovação, abandono e evasão.
	(I.D) A Secretaria gerencia a demanda por creches (priorizando as crianças pobres e deficientes) e realiza articulação com o Conselho da Criança e do Adolescente (CMDCA) visando ações conjuntas para garantir a permanência dos estudantes nas unidades escolares. Além disso, a Secretaria não realiza ações intersetoriais (saúde, assistência social, juventude etc.) concretas para melhorar as condições básicas de segurança física e emocional dos estudantes mais vulneráveis (pobres, pretos, indígenas, quilombolas e deficientes etc.) e, também, não apresenta projetos especiais para garantir o acesso e frequência desses estudantes.

FONTE: Adaptado do Planejamento Estratégico da SME (2021-2024), Ipojuca, 2022.

Culturas profissionais:

QUADRO 04: Análise dos descritores a partir das dimensões contextuais: culturas profissionais.

CÓDIGO	ANÁLISE (METATEXTO)
CONTEXTOS PROFISSIONAIS	<p>(II.A)</p> <p>A Secretaria dispõe de um currículo municipal, alinhado com a BNCC e articulado com o currículo estadual, atuando nas creches e escolas com a participação dos professores e demais profissionais da educação.</p> <p>A Secretaria, também, realiza a assessoria pedagógica à todas as creches e escolas, alinhada à BNCC e à proposta curricular do município, porém não consegue apoiar as unidades escolares com maior grau de vulnerabilidade de forma regular.</p> <p>A Secretaria orienta os Coordenadores Pedagógicos das unidades escolares para: planejar o uso do tempo extraclasse dos professores (1/3 da carga horária), visando melhorar a prática em sala de aula; desenvolver Projetos Pedagógicos alinhados ao currículo municipal; e, incentivar e assessorar a realização da avaliação de aprendizagem e uso de avaliações externas.</p>
	<p>(II.B)</p> <p>A Secretaria realiza os concursos públicos e processos seletivos simplificados utilizando critérios técnicos rigorosos e transparentes, definidos com a participação da equipe pedagógica, e investe nos estágios probatórios, que cumprem o duplo papel de formação aos docentes iniciantes e etapa final do processo seletivo, excluindo da carreira profissionais que não apresentam as condições adequadas.</p> <p>A Secretaria não seleciona a equipe do órgão central com base em critérios técnicos. E, também, não seleciona os Diretores e Coordenadores Pedagógicos das unidades escolares utilizando critérios técnicos rigorosos e transparentes, definidos com participação de sua equipe pedagógica e de gestão.</p>
	<p>(II.C)</p> <p>A Secretaria promove a formação continuada aos professores e gestores alinhada à proposta curricular do município, com foco: nas necessidades específicas das unidades escolares, detectadas no processo de assessoria pedagógica; na superação das deficiências identificadas pelos indicadores educacionais e resultados de avaliações externas.</p> <p>Além disso, a Secretaria orienta os Coordenadores das unidades escolares para exercerem suas atividades como parte da formação em serviço dos professores. Porém, não investe na formação e atualização da equipe técnica do órgão central.</p>

	CÓDIGO	ANÁLISE (METATEXTO)
CONTEXTOS PROFISSIONAIS	(II.D)	<p>A Secretaria realiza diagnóstico do desempenho a partir de avaliações externas e internas por segmento e modalidade do Ensino Fundamental, porém raramente: (a) identifica as necessidades particulares de cada escola a partir de análise dos indicadores de aprendizado e sugere medidas corretivas; (b) monitora a implementação das medidas corretivas das escolas para a melhoria dos indicadores de aprendizado; (c) realiza ações de formação continuada para que os gestores, coordenadores pedagógicos e professores atuem para a melhoria do aprendizado dos estudantes, com base nos resultados das avaliações externas e/ou IDEB; (d) monitora e avalia quantos professores conhecem e se orientam pela proposta curricular do município; e, (e) monitora e avalia se os Projetos Pedagógicos das unidades escolares têm o foco no aprendizado e na equidade.</p>
	(II.E)	<p>A Secretaria não possui diagnóstico e raramente realiza ações específicas de reforço e recuperação dos estudantes para redução das desigualdades de aprendizado em relação ao nível socioeconômico, cor/raça, sexo, indígenas, quilombolas, populações da zona rural e pessoas com deficiência.</p> <p>A Secretaria incentiva, mas raramente realiza e monitora às ações de apoio à promoção da equidade da aprendizagem nas unidades escolares</p> <p>A Secretaria orienta e incentiva os professores a terem altas expectativas em relação ao aprendizado de todos os estudantes (sem distinção), melhorando sua prática de sala de aula e fortalecendo sua autoconfiança.</p>
	(III.A)	<p>A Secretaria frequentemente assegura as condições básicas para o funcionamento de Conselhos Escolares atuantes, com apoio técnico e financeiro, e pouco estimula a organização estudantil nas escolas (grêmios).</p> <p>A Secretaria apresenta poucas ações concretas de incentivos à parceria entre as unidades escolares e suas comunidades para o desenvolvimento de práticas conjuntas.</p> <p>A Secretaria apresenta poucas ações concretas de orientação e estímulo ao diálogo e colaboração entre os pais e/ou responsáveis pelos estudantes, e frequentemente incentiva a participação deles nas reuniões e outras atividades das unidades escolares.</p>
	(III.B)	<p>A Secretaria, mantém permanente comunicação e articulação com o Conselho de Acompanhamento e Controle Social (Fundeb, Transporte e Alimentação Escolar), mas desenvolve poucas estratégias de fortalecimento.</p> <p>A Secretaria possui canais de comunicação, com fácil acesso, para a população fazer denúncias, solicitações, sugestões, reclamações e elogios (Ouvidoria) e mantém permanente canal de diálogo e articulação com os Sindicatos e com a Câmara Municipal de Educação sobre os temas de interesse da educação.</p>

CÓDIGO	ANÁLISE (METATEXTO)
CONTEXTOS PROFISSIONAIS	(IV.A) A Secretaria possui Plano Municipal de Educação aprovado em lei e elaborado com qualidade (com diagnóstico, metas viáveis e caráter participativo), apresentando metas dedicadas ao enfrentamento das desigualdades educacionais. Porém, raramente monitora e avalia regularmente as metas do PME, fazendo ajuste quando necessário.
	(IV.B) A Secretaria realizou um planejamento estratégico, para a atual gestão (envolvendo toda sua equipe), utilizando o Plano Municipal de Educação (PME), dados, diagnósticos e evidências para definir suas metas. A Secretaria frequentemente monitora, avalia e ajusta o Plano Estratégico, reorientando sua estrutura, fluxos e modelo de gestão para dar mais autonomia aos responsáveis pelos objetivos e metas.
	(IV.C) A Secretaria de Educação participa ativamente da definição do Plano Plurianual (PPA), da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária Anual (LOA), assegurando a coerência entre as leis, os instrumentos orçamentários e o seu Planejamento Estratégico.

FONTE: Adaptado do Planejamento Estratégico da SME (2021-2024), Ipojuca, 2022.

Contextos materiais:

QUADRO 05: Análise dos descritores a partir das dimensões contextuais: contextos materiais.

CÓDIGO	ANÁLISE (METATEXTO)
CONTEXTOS MATERIAIS	(V.A) A Secretaria tem acesso à todas as informações e autonomia para gerir os recursos vinculados à educação, sendo a única ordenadora de despesas, e controlar o valor estudante por etapa, segmento e modalidade estabelecendo metas para otimizar seus gastos. A Secretaria controla o percentual de comprometimento de sua receita total com a folha de pagamento, estabelecendo uma reserva para investimentos e outras despesas com manutenção, mantendo o equilíbrio entre a quantidade de profissionais contratados e a quantidade profissionais necessários.
	(V.B) A Secretaria tem um Plano de Cargo e Carreiras (PCC) com salário inicial e outras vantagens que o tornam atrativo. Além disso, ela: cumpre a Lei do Piso integralmente (salário e jornada); valoriza as melhores práticas pedagógicas para o avanço na carreira dos professores; realiza medidas para reduzir o absenteísmo docente; e, apoio à saúde física e emocional dos profissionais da educação.

	CÓDIGO	ANÁLISE (METATEXTO)
CONTEXTOS MATERIAIS	(V.C)	<p>A Secretaria poderia estar mais estruturada para atender as demandas internas, da comunidade e, especialmente, da rede de ensino com agilidade e qualidade, criando condições básicas para agilizar as decisões e tramitação de processos (estabelecendo prazos, organizando e padronizando os fluxos dos processos, estabelecendo e cobrando responsabilidades de acordo com os objetivos e metas de seu plano estratégico).</p> <p>A Secretaria poderia realizar com mais frequência auditorias sobre a qualidade e lisura dos processos (revisão de contratos, auditoria na Folha de Pagamento e adoção de boas práticas licitatórias).</p> <p>A Secretaria colabora com o Governo Federal, Estadual e outros Municípios para obter ganhos técnicos e financeiros para a rede municipal.</p>
	(VI.A)	<p>A Secretaria garante Padrões Básicos de Recursos Educacionais e Infraestrutura (para cada etapa e modalidade de ensino) às unidades escolares, para que sejam seguros, inclusivos e coerentes com os objetivos do currículo municipal. Além disso, ela utiliza esses padrões para construir novas unidades e realizar levantamentos situacionais que garantam a reforma das unidades da rede e a compra/ manutenção (reparos, conservação e higiene) de mobiliários e equipamentos.</p>
	(VI.B)	<p>A Secretaria garante autonomia financeira para suprir as necessidades básicas de manutenção e desenvolvimento dos projetos político pedagógicos (PPP) das unidades escolares. Ademais, ela repassa um valor adicional para as unidades com maior grau de dificuldades/vulnerabilidades e fiscaliza e responsabiliza os gestores por eventual uso indevido dos recursos.</p>
	(VI.C)	<p>A Secretaria oferece transporte, material básico educativo e de higiene e alimentação escolar com qualidade e quantidade suficientes para todos os estudantes da rede (sem distinção). Porém, ela não garante na sua totalidade a acessibilidade e os recursos educacionais indispensáveis para os estudantes com deficiência.</p>

FONTE: Adaptado do Planejamento Estratégico da SME (2021-2024), Ipojuca, 2022.

Contextos externos:

QUADRO 06: Análise dos descritores a partir das dimensões contextuais: contextos externos.

CÓDIGO	ANÁLISE (METATEXTO)
(VII.A)	A Secretaria precisa ampliar as ações que viabilizam a comunicação efetiva entre as unidades escolares e as comunidades (reuniões com associação de moradores, aprimoramento da ouvidoria, aplicação de pesquisa de satisfação...). Além disso, precisa incentivar o desenvolvimento da cultura, arte e esporte como direitos sociais, promovendo o envolvimento, integração e participação dos diversos segmentos da comunidade escolar e do entorno nas ações educacionais.
(VIII.A)	A Secretaria frequentemente é protagonista na articulação com outros órgãos da administração pública para garantir o desenvolvimento integral dos estudantes. Portanto, é necessário firmar uma política municipal para a primeira Infância construída por meio da ampla articulação interinstitucional em consonância com o Currículo Referência do Ipojuca para a Educação Infantil, intensificando as parcerias com a rede de proteção da criança e do adolescente, estabelecendo boas articulações com o CMDCA, Conselhos Tutelares, Promotoria de Justiça e Defensoria Pública.
(VIII.B)	A Secretaria demonstra certa fragilidade no desenvolvimento das parcerias colaborativas com outros municípios. Percebe-se a necessidade de ampliar o regime de colaboração e reciprocidade entre as redes municipais para o compartilhamento de capacidades técnicas, e se viável, financeiro entre as gestões municipais, bem como, as parcerias público-privada com as organizações sociais. Além disso, a rede precisa desenvolver mais ações colaborativas com o Governo Estadual e Federal. Nessa dimensão, é importante intensificar o diálogo e as parcerias entre os setores internos e externos da gestão pública, a exemplo: CONSED, UNDIME, UNCME, entre outros.
(IX.A)	A Secretaria mantém permanente comunicação e articulação com o Conselho Municipal de Educação (CME) desenvolvendo estratégias e ações para o seu fortalecimento.
(IX.B)	A Secretaria mantém as unidades escolares da rede regularmente credenciadas segundo as normas do CME, cumprindo todos os protocolos e recomendações para funcionar como um Sistema de Educação.

CONTEXTOS EXTERNOS

Fonte: Adaptado do Planejamento Estratégico da SME (2021-2024), Ipojuca, 2022.

Os metatextos foram apresentados em quadros distintos. Mas, neste artigo, explora-se conjuntamente a atuação da política nas dimensões contextuais de forma interligada, pois elas dependem umas das outras influenciando-se respectivamente. Portanto,

voltando ao objetivo da pesquisa – *analisar a atuação do Currículo Referência do Ipojuca na gestão pública da educação municipal, compreendendo as relações da “liderança”* – percebe-se que a atuação da política, apesar de sofrer com as restrições do contexto situado, contextos materiais e contextos externos, depende fortemente da cultura profissional dos atores de política.

Os metatextos apontam que os atores de política, ao reconhecerem as restrições originadas pelas outras dimensões, buscam alternativas para que a política seja colocada em *cena*. Assim, entre os atores de política está a figura do Dirigente Municipal de Educação (DME) que ao analisar os metatextos ampliou a visão sobre a situação da gestão educacional no município, desenvolvendo um plano de intervenção/ação que foca em cinco campos para alcançar os objetivos e as metas estipuladas no planejamento estratégico (Quadro 07).

QUADRO 07: Campos de atuação do DME de Ipojuca-PE.

CAMPOS	ATUAÇÃO DO DME
Gestão Pedagógica	Articular com as unidades escolares (urbanas e rurais) a concretização de um currículo embasado nos objetivos de aprendizagem (PPP), inclusive esse planejamento/plano de ação deve propiciar avanços socioemocionais em todos os estudantes sem distinção.
Gestão Administrativa	Realizar reuniões/colegiados com as equipes da SME para garantir a concretização do Plano Municipal de Educação (PME).
Gestão Financeira	Continuar desenvolvendo a administração do orçamento destinado à SME com base na legislação, normativas e nas diretrizes de planejamento, sejam essas de caráter financeiro e/ou patrimonial.
Gestão de Pessoas	Promover cenários de intervenção, quando necessário, de forma prática, dialógica, articulada e colaborativa, acompanhando situações que envolvam desafios na prática, orientando a equipe gestora, professores e demais profissionais da Educação.
Gestão Política e Social	Garantir, por meio da gestão democrática, a participação das famílias, propondo e validando a implantação e o desenvolvimento de programas, projetos e ações no âmbito educacional, integrando grupos, arranjos, comitês, comissões e conselhos.

Fonte: Adaptado do Planejamento Estratégico da SME (2021-2024), Ipojuca, 2022.

Desse modo, percebe-se que o DME traduziu o que está preconizado no Currículo Referência do Ipojuca e nos metatextos da

análise situacional, interpretando-o como ações que precisam ser fortalecidas. Visto que,

“[...] este profissional precisa conhecer não só as questões pedagógicas inerentes à educação, mas também as questões técnicas e políticas que a envolvem. Ele/a precisa conhecer os aspectos educacionais, mas também conhecer as escolas de seu município, suas singularidades, seus problemas, suas dificuldades, além de suas potencialidades e as soluções de sucesso que elas encontram” (LUIZ; RISCAL, 2021, p.7).

Nesse sentido, o DME, constituído na ação política, foi capaz de transcender à estrutura deslocada (constituída por meio da indecibilidade), atuando na reestruturação da política. Ou seja, ele descentralizou, através de *processos decisórios colaborativos de empoderamento*⁶, as ações da SME nos campos da gestão educacional (gestão pedagógica, gestão administrativa, gestão financeira, gestão de pessoas e gestão política e social).

Portanto, nesse processo de reestruturação os demais atores de política assumiram papéis e posições de identidade e subjetividade, uma vez que cada ator interpreta a política que

[...] pode estar relacionada à organização das práticas e à relação que elas têm com alguns tipos de princípios. Elas não são, no entanto, fixas e imutáveis e podem ser sujeitas a interpretações e traduções e compreendidas como respostas a problemas da prática. As políticas estão sempre em algum tipo de fluxo, no processo de se tornarem algo mais. Esse é, fundamentalmente, o caso atual da educação, que flui ao lado da política (declarações, demandas e expectativas) (BALL; MAINARDES, 2011, p.14).

Dentro da atuação, os atores de política procuram traduzir o que está preconizado no Currículo Referência do Ipojuca, interpretando-o como uma proposta de educação dialógica e multicultural, que valoriza a gestão da educação municipal, produzindo novos

6 Significa o empoderamento dos atores de política para melhorar substancialmente a gestão educacional em direção a um aumento do profissionalismo e responsabilização.

sentidos e significados para as decisões curriculares nas instituições escolares. Pois, “o diálogo deve perpassar todas as relações” (LUIZ; RISCAL, 2021, p.15).

Percebe-se, nesse estudo que os atores de política fortalecem o processo de gestão ao trazerem suas contribuições, sentidos e significados, para que juntos com o DME possam desenvolver um planejamento alcançando da melhor forma possível os objetivos da educação no município. Em síntese, concluiu-se que as políticas educacionais são colocadas em ação em contextos específicos, por atores que as interpretam e as traduzem de formas diversas, visando as melhores condições para integrar uma política educacional permanente e orgânica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da abordagem do Ciclo de Políticas e da Teoria da Atuação, compreende-se que as políticas públicas não são meramente implementadas, mas interpretadas e traduzidas de formas diversas, de acordo com os *atores de política* e com as *dimensões contextuais*. Sendo assim, identificou-se que, por meio da atuação do Currículo Referência do Ipojuca e da análise situacional disposta no planejamento estratégico, os atores de política precisam reconhecer seus papéis e posições na Gestão Educacional.

Enfim, com esta pesquisa, busca-se contribuir para uma reflexão sobre o cenário atual da Gestão Educacional no Município do Ipojuca/PE a partir da atuação do Currículo Referência e suscitar a necessidade de maior articulação entre os atores de política, em torno do compromisso político e social da garantia do direito a uma educação com qualidade e equidade.

REFERÊNCIAS

BACKES, J. L. **A construção de um currículo intercultural nas escolas indígenas**: um processo interepistêmico e decolonial. In _____, Currículo e diferença: afetações em movimento. Organização Claudia Tomé e Elizabeth Macedo. Curitiba: CRV, 2018.

BALL, S. J. **Education reform: a critical and post-structural approach.** Buckingham: Open University Press, 1994.

_____. **Sociologia das políticas educacionais e pesquisa crítico-social:** Uma revisão pessoal das políticas educacionais e da pesquisa em política educacional. Currículo sem Fronteiras, 6(2), 10-32, 2006.

_____; MAINARDES, J. **Políticas educacionais:** questões e dilemas. São Paulo: Cortez, 2011.

BALL, S. J.; MAGUIRE, M.; BRAUN, A. **Como as escolas fazem as políticas:** atuação em escolas secundárias. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2016.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Brasília, 1988. Acesso em: 16 jun. 2022.

_____. **Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 11 mar. 2022.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais:** introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Brasília: MEC/SEF, 1997. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>>. Acesso em: 14 out. 2022.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Parecer nº 7/2010, de 07 de abril de 2010.** Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Brasília, 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=5367-pceb-007-10&Itemid=30192>. Acesso em: 14 out. 2022.

_____. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília, 2017a. Disponível em: <<http://>

portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=79601-anexo-texto-bncc-reexportado-pdf-2&category_slug=dezembro-2017-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 14 jun. 2022.

PERNAMBUCO. Secretaria de Educação e Esportes de Pernambuco. União dos Dirigentes Municipais de Educação. **Currículo de Pernambuco: educação infantil**. Recife: A secretaria, 2019a. Disponível em: <<http://www.educacao.pe.gov.br/portal/upload/galeria/17691/CURRICULO%20DE%20PERNAMBUCO%20-%20EDUCA%C3%87%C3%83O%20INFANTIL%203.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2022.

_____. Secretaria de Educação e Esportes de Pernambuco. União dos Dirigentes Municipais de Educação. **Currículo de Pernambuco: ensino fundamental**. Recife: A secretaria, 2019b. Disponível em: <<http://www.educacao.pe.gov.br/portal/upload/galeria/17691/CURRICULO%20DE%20PERNAMBUCO%20-%20ENSINO%20FUNDAMENTAL.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2022.

GANDIN, L. A.; ROCHA, A. R. V. DA; VASQUES, A. M.; CORRÊA, T. V. **O conceito de atuação nas políticas educacionais**: um olhar sobre a avaliação escolar no contexto do Ensino Médio Politécnico. *Jornal de Políticas Educacionais*. V. 14, n. 26. junho de 2020.

LUIZ, M. C.; RISCAL, S. A. **Gestão da Educação Municipal**. São Carlos: SEaD-UFSCar, 2021. 96 p.

MACEDO, E. **Currículo**: Política, Cultura e Poder. *Currículo sem Fronteiras*, v.6, n.2, p.98-113, jul./dez., 2006b.

MAINARDES, J. **Abordagem do ciclo de políticas**: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 27, n. 94, p. 47-69, jan./abr. 2006.

_____. **A pesquisa sobre política educacional no Brasil**: análise de aspectos teórico-epistemológicos. *Educação em Revista*. Belo Horizonte, 33, 1- 25, 2017.

_____. **A abordagem do ciclo de políticas:** explorando alguns desafios da sua utilização no campo da Política Educacional. *Jornal de Políticas Educacionais*. Curitiba, v.12, n.16, p. 1-19, ago. 2018a.

_____. **A pesquisa no campo da política educacional:** perspectivas teórico-epistemológicas e o lugar do pluralismo. *Revista Brasileira de Educação*. Rio de Janeiro, 23, p. 1-20, 2018b.

MAINARDES, J.; MARCONDES, M. I. **Entrevista com Stephen J. Ball:** um diálogo sobre justiça social, pesquisa e política educacional. *Educação & Sociedade*, Campinas, vol. 30, n. 106, p. 303-318, jan./abr. 2009.

MORAES, R.; GALIAZZI, M. C. **Análise textual discursiva**. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2011.